

O ambiente em verde, não em preto e branco

» ALDO PAVIANI

Geógrafo e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Nas décadas de 1950 e 1960, que eu lembro, havia nos cinemas filmes em preto e branco. Na atualidade, os filmes e fotos coloridas são considerados normais e as pessoas não procuram apreciar os clássicos daquelas décadas que poderiam ser dramas ou comédias em branco e preto. Hoje, o entretenimento só é pensado no modelo colorido. O preto e branco parece não ser aceitável e porque já não se produzem filmes nesse modelo. Na atualidade, as cidades deveriam ser coloridas em verde, ornadas com renques de árvores e afeitas a tapetes gramados para que, nelas, as crianças possam brincar a sós ou acompanhadas de seus pais, de cães ou gatos, de preferência. Estamos tão acostumados ao verde que não vemos se está presente e embeleza a cidade ou ausente e deixa o ambiente feio e árido em todos os recantos do meio urbano.

O ecologista Eugênio Giovannardi escreveu em um post na internet: “As árvores são sempre belas e imponentes por sua arte natural. Mas foram privadas de um conjunto harmonioso de outras vidas vegetais ou animais que compõem a cadeia trófica e o controle de predadores”. De fato, a destruição é marca

do homem que sempre tenta “domar” a natureza, com ações como queimadas, podas radicais e toda a sorte de medidas que impedem as crianças de hoje terem um mundo em verde e as águas limpas, conforme o afirmado pelo astronauta russo, Yuri Gagarin, ao ver a terra a partir do espaço, em 1961. Disse ele maravilhado “A terra é azul”. Seria ainda hoje?

Talvez não porque a sanha de lucro e a falta de iniciativas públicas ambientais faz a terra ter lagos e rios escuros devido à poluição em muitos recantos do planeta. Em um alerta, Isaac Roitman escreveu artigo no **Correio Braziliense**, de 14 de outubro último com o título de *O homem e a continuidade da vida no planeta* em que chama a atenção sobre a destruição do meio ambiente global. Está no texto: “Revisitando nossa civilização, com respeito à



preservação do planeta para a conservação da vida, temos que reconhecer, cometemos grandes erros. A ocupação dos espaços geográficos não leva em conta, sem nos importarmos com o que lá havia”. E continua, “Grandes áreas de nossos biomas são destruídas causando a extinção de animais, vegetais e micro-organismos”.

De fato, a mídia nos revela ser o Brasil “o celeiro do mundo”, intensificando a exportação de grandes volumes de alimentos, sobretudo soja e milho, mesmo havendo enorme contingente de brasileiros — cerca de 33 milhões — que passam fome. Exporta-se também minério de ferro, celulose e petróleo. Então, se as políticas públicas se voltarem para o lucro das exportações, é tempo de rever essa posição, pois se trata de, em primeiro lugar, alimentar nossos irmãos

bientais para o país, o continente e como isso afeta o regime das chuvas e a manutenção da qualidade de vida dos conterrâneos. Deveremos exportar alimentos, mas antes temos que matar a fome dos milhões de brasileiros.

Se isso não for feito, teremos dois infaustos acontecimentos: alimentamos outros povos, em prejuízo dos que não têm acesso à alimentação básica no Brasil e ainda poderemos ter problemas ambientais por não cuidarmos de preservar a natureza. Considere-se que a regeneração do espaço degradado pode levar dezenas ou centenas de anos. Qual país soberano que se submeteria a tamanha e irracional atitude? Será fundamental manter o verde em toda sua amplitude nos espaços humanizados de nosso vasto território. É o que se deseja e espera.

famintos. Por isso, o lucro das exportações nunca será mais importante do que evitar que nossa população passe fome. Seria um princípio básico da gestão pública olhar a população e suas necessidades cotidianas, ter três refeições ao dia, por exemplo.

Fala-se muito na qualidade do meio ambiente, sobretudo em época da estiagem, para que se preservem as árvores, que amenizam a atmosfera, dão sombra e ajudam a infiltração das chuvas para os lençóis freáticos. Essas são coisas normais em países que reflorestaram o que foi devastado ao longo da história do povoamento. Mas, no caso brasileiro, o que se vê é o fogo destruindo as fímbricas do cerrado com a floresta Amazônica por ampliação dos cultivos intensivos de soja e da criação bovina e a venda ilegal de madeira, tudo para o Brasil continuar exportando alimentos.

Veremos por quanto tempo isso se mantém. Avalia-se que a vegetação florestal possui maior valor em pé do que devastada e incendiada. Mas, há os que abrem clareiras nas matas para plantar soja, sorgo ou criar gado, tudo destinado à exportação, ao sabor da ideia de que o Brasil alimenta o mundo. Se isso for verdade, deve-se saber as perdas am-

O risco do retorno da poliomielite no Brasil é real

» MARCO AURÉLIO SÁFADI

Médico e presidente do Departamento de Infectologia da Sociedade Brasileira de Pediatria

A poliomielite é uma doença infectocontagiosa grave que provocou epidemias no mundo todo no século 20, sendo o primeiro surto registrado no Brasil em 1911. Graças aos bem-sucedidos programas de vacinação implementados globalmente, alcançando elevadas coberturas na população, a doença foi eliminada de diversos continentes. Apenas dois países, Afeganistão e Paquistão, ainda registravam casos da doença causada pelo vírus selvagem nos últimos anos. Aqui na região das Américas, o último caso de paralisia infantil pelo vírus selvagem foi registrado em 1991.

No entanto, o cenário mudou, e autoridades de saúde acenderam novamente o alerta após o registro de casos de paralisia infantil em dois países africanos neste ano (Malawi, com o registro de um caso, e Moçambique, com registro de 6 casos, ambos causados pelo vírus selvagem tipo 1). O continente africano não reportava casos de paralisia infantil há mais de 5 anos.

Além disso, os Estados Unidos registraram, no final de julho, o primeiro caso de pólio em um adulto não vacinado em uma década. Israel também reportou um caso de poliomielite em uma criança não vacinada (causada pelo vírus tipo 3, derivado vacinal) neste ano.

O vírus selvagem tipo 1, identificado nesses casos do Malawi e Moçambique, foi epidemiologicamente associado a uma cepa viral que foi identificada anteriormente no Paquistão em outubro de 2019, enfatizando a facilidade de importação de poliovírus selvagem ou de vírus derivados vacinais em um mundo globalizado, a menos que a alta cobertura vacinal (ou seja, maior que 95%) seja mantida juntamente com a investigação de todos os casos de paralisia flácida aguda.

De acordo com a Organização Pan-Americana da

Saúde (Opas), o Brasil, ao lado de outros países da América Latina, apresenta alto risco de reintrodução da pólio em seu território, uma vez que a diminuição das taxas de vacinação durante a pandemia resultou na drástica queda de proteção da população. Desde 2016, por exemplo, a Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite não atinge 95% do seu público-alvo, valor mínimo para que o risco de transmissão seja extinto.

Os dados da campanha atual indicam a permanência desse cenário. Até o dia 16/09 — há menos de 14 dias de acabar a campanha nacional, que já havia sido prorrogada —, apenas 44% das crianças entre um e quatro anos receberam reforço da vacina. Além disso, de acordo com um estudo atual da Fiocruz, apenas duas a cada cinco crianças brasileiras estão adequadamente protegidas contra a paralisia infantil.

A queda nos índices de vacinação é preocupante. O valor abaixo de 70% coloca a vida de milhares de crianças pelo país, com probabilidade real de transmissão. É um perigo que não podemos ignorar. Não à toa, o Ministério da Saúde realizou uma reunião sobre o Risco de Reintrodução da Poliomielite no Brasil, no início de setembro, na Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), em Brasília, a fim de apresentar e debater ações para a manutenção da eliminação da doença, que teve seu último registro no país em 1989.

Os obstáculos a serem vencidos são múltiplos. Entre os principais motivos para o registro da queda nos números, podemos destacar: a falta de percepção de risco, já que as gerações mais jovens nunca viram um caso de poliomielite e substituem a gravidade da doença; a disseminação de notícias falsas, especialmente em redes sociais, que contribui para a hesitação dos pais, e a falta de

campanhas educativas, reafirmando a importância da vacina contra uma doença que, sem a vacinação preventiva, pode deixar sequelas graves.

Tais sequelas são variadas. Os indivíduos podem ser assintomáticos, passando por quadros similares aos gripais (mal-estar, febre e dores no corpo), mas uma em cada duzentas pessoas desenvolve a forma paralítica da doença. Normalmente, o quadro mais grave acomete crianças abaixo de 5 anos de idade e, dentro desse grupo, registra-se uma mortalidade de 10%, resultado da evolução para casos graves de meningoencefalite e do acometimento dos músculos respiratórios. A transmissão ocorre por contato direto de pessoa a pessoa, pela via fecal-oral, por objetos, alimentos e água contaminados com fezes de pessoas infectadas, ou pela via oral-oral, por meio de gotículas de secreções eliminadas pela boca.

Somente a vacinação é capaz de proteger a população contra a poliomielite. Ao se vacinar, o indivíduo não está apenas protegendo a sua saúde, mas firmando um pacto social para o bem-estar de todas as pessoas ao seu redor, eliminando o risco de ser infectado e de transmitir o patógeno.

O cenário é claro: o risco do retorno da pólio no Brasil é real. Caso a população siga desprotegida, é apenas uma questão de tempo para que o vírus volte a circular no nosso território trazendo novamente o flagelo de uma grave doença que se encontra eliminada há décadas e que é associada a hospitalizações, sequelas e mortes em crianças.

É urgente e importante garantirmos que mais pessoas tenham acesso às informações sobre prevenção, de modo a engajar a sociedade em todas as campanhas de vacinação e protegendo, principalmente, crianças e idosos. Mais do que nunca, a poliomielite precisa ficar no passado.

Professor infantil é profissional da educação

» RAPHAEL CALLOU

Diretor da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil

A educação infantil, desde sua incorporação ao sistema educacional, estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 9.394/1996, luta para firmar uma identidade própria. Nesse processo, é importante reconhecer que ainda estamos construindo o que significa ser professor da educação infantil, assim como contribuir para o desenvolvimento das capacidades profissionais do trabalho docente nessa etapa tão importante para o desenvolvimento humano. Para isso, é necessária uma mudança de perspectiva sobre o trabalho desenvolvido por esses profissionais, inclusive com maior reconhecimento social.

Segundo o Censo da Educação Básica de 2021, temos 595 mil docentes atuando nessa etapa, sendo 3,7% do sexo masculino. São 3,4 milhões de crianças matriculadas em creches (até 3 anos) e 4,9 milhões na pré-escola (4 a 5 anos), num total de 112.927 estabelecimentos.

O trabalho realizado pelos docentes visa garantir que a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças aconteçam nos espaços institucionais educativos, onde brincar, interagir, aprender e se expressar são atividades desenvolvidas pelas crianças e conduzidas pela mediação do professor para que ganhem intencionalidade pedagógica.

A representatividade que o professor exerce na vida dos pequenos e o impacto das experiências que lhes são proporcionadas são tão importantes que permeiam o imaginário deles. Quantas vezes na infância crianças brincaram de ser professor ou professora? Quantas vezes reproduziram ou presenciaram cenários cotidianos educativos de forma lúdica?

Esse faz de conta de reprodução de papéis sociais tão comum na primeira infância nos faz refletir sobre como estão esses professores — seu reconhecimento, sua valorização, sua profissionalização. Dessa forma, põe-se em questão uma tarefa que é coletiva: a luta pelo efetivo reconhecimento e valorização dos docentes, essenciais na construção da sociedade.

Ciente disso, a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil (OEI), em cooperação com diversas instituições brasileiras, desenvolve projetos que auxiliam na construção de políticas públicas, no desenvolvimento de ferramentas de gestão e tomada de decisão que apoiem os municípios a alcançarem os objetivos do Plano Nacional de Educação.

A capacitação de professores é um eixo estruturante de diversos projetos da OEI no Brasil. No projeto Primeiros Anos, por exemplo, serão ofertados oito cursos, abordando gestão, infraestrutura, práticas pedagógicas e desenvolvimento infantil; no projeto Escolas Interculturais e Bilingües Cruzando Fronteiras, que em novembro iniciará uma formação em interculturalidade e multilingüismo.

Além dos projetos, a OEI realiza o Prêmio Ibero-americano de Educação em Direitos Humanos Oscar Arnulfo Romero e o Prêmio Cruzando Fronteiras, que reconhecem experiências pedagógicas exitosas. Ainda, em parceria com a Samsung, realiza o programa Solve for Tomorrow Brasil com foco na abordagem Stem (sigla em inglês para ciência, tecnologia, engenharia e matemática).

Temos consciência de que ainda há muito o que fazer. Acreditamos, porém, que o primeiro e mais importante passo é recuperar, a nível social, a admiração e o olhar sensível das crianças sobre esses profissionais, assim como na brincadeira de faz de conta, quando o personagem principal tem a grandiosidade de ser professor.